



Índice

- 01** Funasa/AM entrega nova Casai à Secretaria de Saúde Indígena
- 02** PROJETO: TJPA desenvolve ações para inclusão social de comunidades ribeirinhas de Almeirim
- 03** Incra estabelece mais dois assentamentos agroextrativistas no Pará
- 04** Municípios ribeirinhos da região se preparam para o período das chuvas
- 05** No coração da Amazônia, 'Peladão' reúne jogadores índios e rainhas da beleza
- 06** Ocupação da Funai em Manaus é pacífica, diz Justiça Federal
- 07** Indígenas marcam 30 anos da morte do cacique Marçal de Souza com manifesto
- 08** CIMI: indígenas guarani vão resistir a integração de posse em Yvy Katu
- 09** Oficina reúne povos indígenas da Bacia do Rio Doce
- 10** Indígenas vão ao MPF/AM pedir saída de coordenador da Funai
- 11** Prazo para negociação de fazendeiros e índios no MS se esgota
- 12** Reunião entre índios e MPF termina com promessa de um novo encontro
- 13** Bactéria resistente a doenças, em índios do Acre, é alvo de pesquisadora paulista
- 14** Funai participa do lançamento de plano para educação indígena
- 15** MPF recomenda consulta às comunidades indígenas de Paragominas para realização de novo concurso



- 16** Pyelito Kue: "esgotou a nossa paciência"
- 17** A medicina ocidental e o conhecimento indígena
- 18** Jovens indígenas concluem curso técnico de enfermagem em Dourados
- 19** Prefeito de Bom Jesus da Lapa se reúne com ministra da Igualdade Racial
- 20** Festival sobre Comunicação Comunitária, em Minas Gerais, destaca vídeos ribeirinhos
- 21** Temendo enchentes, ribeirinhos de Cacoal começam a suspender móveis
- 22** Índio Guarani é Assassinado no Oeste do Paraná
- 23** Nenhum território quilombola está regularizado em Mato Grosso
- 24** "Campos - Índios, Cana de Açúcar e Petróleo" no Museu Histórico
- 25** Índios ocupam terra em São Paulo para retomar modo de vida tradicional
- 26** Índio denuncia PM por preconceito
- 27** Polícia Federal apura crimes em Doutor Pedrinho
- 28** SC-477 é liberada em meia pista
- 29** CNBB divulga nota sobre Povos Indígenas e Agricultores
- 30** Conferência discutirá Saúde Indígena no Brasil
- 31** Após manifestações em rodovia, quilombolas conseguem ter reivindicações atendidas
- 32** Terra aos quilombolas, um direito constitucional

Funasa/AM entrega nova Casai à Secretaria de Saúde Indígena
SÍTIO A CRÍTICA, 27.11.2013

A obra será entregue ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Manaus (Dsei Manaus) vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai)



Com as obras de ampliação, a Casai Manaus dobrará sua capacidade de atendimento (Divulgação)

A Fundação Nacional de Saúde do Amazonas (SUEST/AM) entrega na próxima sexta-feira (29) as novas instalações da Casa de Saúde do Índio (Casai), localizada no quilômetro 24 da estrada AM-010. A obra será entregue ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Manaus (Dsei Manaus) vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Com as obras de ampliação, a Casai Manaus dobrará sua capacidade de atendimento. A nova estrutura contará - nessa primeira etapa - com dois novos blocos de alojamentos compostos por oito dormitórios cada um com capacidade para abrigar adequadamente até 128 indígenas, também contará com uma moderna cozinha e refeitório para atender toda a demanda que pode chegar a 400 pessoas. Atualmente, cerca de 200 indígenas estão sendo atendidos na Casai, incluindo pacientes e acompanhantes.

Desde 2010, a Funasa deixou de ser responsável pela saúde indígena cuja atribuição foi transferida para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, por meio do Decreto nº 7.530 de 21.07.2011. Entretanto, a finalização dessa obra foi um compromisso da Superintendência Estadual da Funasa no Amazonas, responsável pela elaboração dos projetos complementares e pela sua fiscalização.

No período da construção dos novos alojamentos, os indígenas ficaram abrigados

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

provisoriamente em quatro ocas antigas do local, que foi reforçado com mais dois dormitórios temporários. Os dois novos blocos que serão entregues são telados, equipados com armadores de ferro, banheiros com vasos sanitários normais e com bacia turca, e um bloco inteiro com acesso a cadeirantes.

O superintendente da Funasa/AM, Gedeão Amorim, explicou a necessidade de locais amplos para atender os indígenas. "O local é como um hospital, mas cada indígena tem direito a trazer os acompanhantes e normalmente eles trazem muitas pessoas. Se tem um doente na família, vem um grupo com ele. Isso é uma questão cultural que precisa ser respeitada", explicou.

O novo refeitório, que ocupa quase o triplo do espaço anteriormente usado durante as refeições, contará com sala exclusiva para um profissional nutricionista, um compartimento utilizado como lactário e espaços específicos para depósito e cozimento dos alimentos. "Toda essa estrutura garante higiene e qualidade das refeições servidas aos indígenas", reforçou o superintendente.

Gedeão Amorim também adiantou que em breve novas intervenções ocorrerão na Casai, agora sob a responsabilidade do Dsei Manaus. "Teremos outras etapas mais adiante, visando o aumento de alojamentos e uma parte exclusiva para imunodeprimidos", anunciou.



PROJETO: TJPA desenvolve ações para inclusão social de comunidades ribeirinhas de Almeirim

SÍTIO AGÊNCIA DO RÁDIO, 28.11.2013

LOC/REPÓRTER: O projeto "Ribeirinho Cidadão: a Busca da Inclusão" vai beneficiar 26 comunidades dos rios Chicaia e Jutai, em Almeirim, região oeste do Pará. A ação do Tribunal de Justiça do Pará, que vai ocorrer de 9 a 13 de dezembro, vai realizar audiências de conciliação, reconhecimento judicial de união estável e de paternidade. Os ribeirinhos vão ter ainda a oportunidade de tirar documentos como registro de nascimento, habilitação para casamento e carteira de identidade. A comunidade vai ainda poder regularizar situação eleitoral e ter acesso a serviços de cartório extrajudicial. Também fazem parte da programação palestras sobre educação ambiental; violência contra a mulher, criança e adolescente. De acordo com o coordenador do projeto e juiz da comarca de Almeirim, Márcio Teixeira Bittencourt, a expectativa é que sejam atendidas mais de duas mil pessoas.

TEC/SONORA: Coordenador do projeto e juiz da comarca de Almeirim, Márcio Teixeira Bittencourt.

"Acreditamos que nós vamos ter aproximadamente de dois mil a três mil atendimentos. Estamos estimando de 100 a 150 audiências com prolação de sentença, principalmente na área relacionada a registros públicos, a registro civil e relações envolvendo direito de família. E o reconhecimento judicial da união estável tem tido também uma grande demanda".

LOC/REPÓRTER: Além dos serviços de inclusão social, as comunidades ribeirinhas de Almeirim vão receber informações sobre o combate a doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo, drogas e sobre o Estatuto do Idoso. O juiz Márcio Teixeira Bittencourt enfatiza que as ações vão ser desenvolvidas de maneira acessível, para o melhor entendimento da população sobre os temas apresentados.

TEC/SONORA: Coordenador do projeto e juiz da comarca de Almeirim, Márcio Teixeira Bittencourt.

"Nós chegamos com um trabalho humanizado, informativo, preventivo. Então as palestras em um formato simples, na linguagem extremamente simples, para que eles se identifiquem com os conteúdos, os eixos temáticos, por meios de vídeos, por meus de teatrinhos".

LOC/REPÓRTER: Esta vai ser a terceira etapa do projeto "Ribeirinho Cidadão: a Busca da Inclusão". Em julho deste ano, foram atendidas 28 comunidades no Baixo Amazonas. Cerca de 1.600 pessoas participaram das ações. Na segunda fase, realizada em setembro, mais de 3.600 atendimentos foram realizados. A próxima etapa do projeto deve ocorrer em janeiro de 2014.

Reportagem, Thamyres Nicolau



Incra estabelece mais dois assentamentos agroextrativistas no Pará

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.11.2013

67 famílias de ribeirinhos que vivem do extrativismo e da pesca artesanal vão ocupar as novas áreas

O estado do Pará ganhou mais dois Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs) com a publicação das portarias de criação dos PAEs Ilha Pacajaí II, numa área de pouco mais de 317 hectares, e Ilha Nova de Cametá, com 72 hectares – ambos localizados no município de Cametá, no Nordeste paraense.

Com as portarias, publicadas no Diário Oficial da União (DOU) da última segunda-feira (25), a Superintendência Regional do Incra do Pará passa a ter sob sua jurisdição 254 PAEs, onde vivem cerca de 47 mil famílias extrativistas.

A política de reforma agrária diferenciada para a Amazônia, que reconhece os direitos das populações tradicionais é uma pauta histórica dos movimentos sociais, que lutam para que as famílias de extrativistas tenham garantia e acesso ao território social.

Este é um dos temas que serão discutidos no II Chamado da Floresta, evento organizado pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), que acontecerá nos próximos dias 28 e 29, na Reserva Extrativista Gurupá Melgaço, no município de Melgaço, no arquipélago do Marajó.

O II Chamado da Floresta vai reunir lideranças extrativistas e prefeitos da região com os ministros do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, além do secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Regime comunitário

Nos dois novos assentamentos agroextrativistas paraenses devem ser assentadas 67 famílias de ribeirinhos que vivem do extrativismo e da pesca artesanal. Eles passarão a ter acesso às políticas públicas de infraestrutura e assistência técnica e extensão rural, além de adquirir segurança fundiária sobre as áreas onde vivem e produzem, utilizando os recursos naturais de forma coletiva. Nesta modalidade de assentamento, a destinação das áreas se dá mediante concessão de uso em regime comunitário.

Com a publicação das portarias de criação dos PAEs, o Incra fica autorizado a proceder à seleção e à homologação das famílias que serão assentadas e a realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cametá, no prazo de 60 dias, para a inclusão das famílias candidatas no CadÚnico, viabilizando seu acesso às políticas municipais, estaduais e federais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

As portarias também determinam que a Divisão de Desenvolvimento do Incra/PA formalize a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos no prazo de 60 dias, e encaminhe, no prazo de 90 dias, as relações de beneficiários dos dois PAEs às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida como demanda prioritária de atendimento.

Em um prazo de 90 dias, o Incra/PA também vai formalizar o encaminhamento da demanda de soluções hídricas junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional, e no prazo de 720 dias, contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Municípios ribeirinhos da região se preparam para o período das chuvas

SÍTIO IFRONTEIRA, 27.11.2013

Estão programadas para esta quinta-feira (28) reuniões em Rosana e Teodoro Sampaio para discutir situação nas hidrelétricas do Rio Paranapanema

Nesta semana, a empresa Duke Energy dá sequência às reuniões que vem realizando em municípios paulistas e paranaenses vizinhos de hidrelétricas sob sua concessão, no Rio Paranapanema, visando esclarecer como opera as usinas e os reservatórios, especialmente no período das chuvas, iniciado em novembro. Os encontros entre os técnicos da companhia e representantes locais serão realizados nas cidades paulistas de Teodoro Sampaio e Rosana, nesta quinta-feira (28), e nas paranaenses de Jardim Olinda e Porecatu, na sexta-feira (29).

Em Teodoro Sampaio, a reunião ocorrerá no auditório da Prefeitura, às 9h. Já em Rosana, começará às 14h, na Câmara Municipal.

Esses eventos são realizados todos os anos, ao início do período chuvoso, para que representantes da Duke Energy comentem o cenário climatológico e apresentem o Sistema de Operação em Situação de Emergência (Sosem), adotado pela empresa para atuar em caso de cheias, visando minimizar impactos. Foram convidados representantes das prefeituras e membros da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Ambiental.

De acordo com o consultor de Relações Institucionais da empresa, André Guimarães, o objetivo das reuniões é "estreitar o relacionamento com as comunidades e esclarecer procedimentos e regras seguidos pela companhia na operação dos reservatórios, tanto nos períodos de cheia como nos de seca".

Guimarães explica que esse sistema de operação prevê um conjunto de iniciativas e procedimentos seguidos pela Duke Energy com o intuito de prever, atenuar e controlar ao máximo os impactos de um excesso de chuvas e eventuais riscos de cheias nas bordas do Rio Paranapanema. O objetivo se concentra na preservação tanto das usinas, como do meio ambiente e das comunidades.

Em adição às informações levadas pelos técnicos, as autoridades e a população têm disponível o Tele-cheia, um atendimento 24 horas pelo número 0800 770 2428, que funciona sete dias por semana disponibilizando boletins diários da vazão e orientações sobre os níveis dos reservatórios operados pela empresa. Informações sobre as vazões do Rio Paranapanema também podem ser obtidas pelo site da Duke Energy.



No coração da Amazônia, 'Peladão' reúne jogadores índios e rainhas da beleza
SÍTIO BOL, 27.11.2013

MANAUS, 27 Nov 2013 (AFP) - "Chuta mais forte!", grita o treinador dos Munduruku. No coração da Amazônia, índios participam do maior campeonato de futebol amador do mundo, no qual uma rainha pode salvar sua equipe.

Em Manaus, uma das doze cidades-sede da Copa do Mundo-2014, 27.000 jogadores de mais de 1.000 equipes se enfrentam em cerca de 2.000 partidas organizadas pelo "Peladão", como é conhecido.

Após sete semanas de competição, duas equipes formadas por jovens índios disputarão, num campo de terra batida no meio de uma densa floresta, a final do campeonato indígena, um torneio incomum. Frente à frente estarão os Sateré Mawé, de vermelho, e os Munduruku, de branco.

Formigas no piquenique

Aqui, não há arquibancada. Uma centena de torcedores, parentes e amigos dos jogadores, se amontoam em pé ao redor do campo, perto do Campus da Universidade Federal do Amazonas.

Outras pessoas preferem fazer piqueniques na grama. É temporada de uma iguaria local, a tanajura, uma grande formiga negra que os índios comem viva, após arrancarem a cabeça com os dentes.

Os índios bebem também uma água misturada com farinha de mandioca que eles compartilham numa cuia em formato de colher.

"Tem uma lado espiritual, é para se fortalecer", explicou à AFP Jayme Dyacara, de 39 anos, oriundo de Rio Negro.

"É um dia de diversão para os índios. Eles precisam de visibilidade e de ocasiões para mostrar seu valor", declarou à AFP Arnaldo Santos, coordenador do Peladão, competição que nasceu há 40 anos numa pequena festa de bairro.

O torneio é dividido em diversas categorias: juniores, feminino e, há alguns anos, indígenas.

O "Peladão Principal", para homens entre 16 e 39 anos, é composto por 500 equipes e será disputado até o final de dezembro.

Existe, porém, um importante detalhe, cada equipe é representada por uma rainha, que exerce um papel potencialmente crucial, já que uma equipe eliminada dentro de campo pode voltar à

CONT.



competição caso sua Miss for eleita a "Rainha do Peladão".

"Em 1988, o Arsenal foi eliminado, mas voltou à disputa graças à Rainha", lembra Arnaldo Santos, que faz parte da organização do evento há 15 anos.

A alguns quilômetros de lá, 12 rainhas do Peladão Principal estão confinadas num barco ancorado sobre o rio Amazonas. Elas participam de um programa da televisão local e aguardam o anúncio da vencedora, decidida por um júri de especialistas.

A criação de um sub-campeonato indígena "foi uma ideia do chefe indígena Jorge Terena", explicou Santos. "Ele queria reunir os 20.000 índios de diversas tribos que deixaram a floresta para viver em Manaus", cidade de dois milhões de habitantes.

Índios na seleção

No intervalo da final, é escolhida a rainha dos povos indígenas. Mas, ao contrário do Peladão Principal, a vencedora não tem o poder de interferir no resultado da competição.

Cinco candidatas se enfeitaram com penas e pinturas corporais na floresta. De lá, elas saem em fila, se apresentando para os jurados e o público.

"Não é só a beleza que conta. Aqui, mostramos também nossa cultura, nossas tradições, nossos desenhos corporais e o que representam", explicou o antropólogo indígena João Paulo Tucano.

No fim, a vencedora é Suellen, uma jovem de 18 anos da etnia Dessano, que usa como pendente um dente de onça, símbolo de força.

"É a segunda vez que eu ganho. Agora, sonho em me tornar atriz", admite a jovem à AFP.

Ao som do apito final, Os Sateré Mawé comemoram a vitória por 3-1 sobre os Munduruku. Em seguida, os jogadores campeões recebem medalhas e troféus dourados num ambiente muito festivo.

Daniel Munduruku, de 22 anos, que exhibe uma cabeleira vermelha no estilo moicano do craque do Barcelona e da seleção brasileira Neymar, sonha em jogar numa equipe profissional.

"Mas os Índios são muito pobres e não têm patrocínio", lamenta o jovem. Todos eles, porém, sonham em "um dia ver índios na seleção".

Ocupação da Funai em Manaus é pacífica, diz Justiça Federal
SÍTIO A CRÍTICA, 27.11.2013

Indígenas ocupam a sede da autarquia desde o último dia 4 de novembro; MPF/AM realizou reunião com as partes para discutir o atendimento das reivindicações



Grupo de indígenas na sede da Funai em Manaus (Bruno Kelly)

A Justiça Federal do Amazonas negou pedido de reintegração de posse em ação ajuizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) contra a ocupação de indígenas no edifício-sede da Coordenação Regional do órgão em Manaus. Com base na inspeção judicial realizada no local com a participação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a decisão ressaltou que não há provas da ocorrência de turbulação ou esbulho da posse do prédio pertencente à Funai e que a ocupação é pacífica. Na decisão, a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª vara federal do Amazonas, classifica a ocupação como um "pequeno, pacífico e organizado movimento indígena", que pede à Funai o estabelecimento e a execução da política indigenista brasileira.

A decisão reconhece ainda que a Funai deve buscar o diálogo e a construção de espaços e experiências de convivência multicultural com os povos indígenas e a sociedade, capazes de garantir harmonia, paz e tranquilidade sociopolítica a todos. Segundo a decisão, isso representaria um avanço na concretização da cidadania plena e diferenciada dos povos indígenas ao ser permitido o diálogo e a construção de soluções em conjunto com eles. O processo tramita na 1ª vara federal, sob o nº20190-65.2013.4.01.3200.

CONT.



Reunião e análise de reivindicações

Em reunião realizada nesta quarta-feira (27), a partir de mediação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), representantes dos indígenas que ocupam o prédio, da presidência nacional da Funai, da Coordenação da Funai em Manaus e da Procuradoria Federal no Amazonas sinalizaram positivamente em relação à possibilidade de acordo para desocupação do prédio, mediante apresentação de propostas que contemplem as reivindicações dos indígenas.

A Funai apresentou proposta de criação de uma Coordenação Técnica Local no município de Manaus para tratar de direitos sociais e se comprometeu a apresentar, em 15 dias, um cronograma de discussão do tema e requisitos orçamentários para a concretização da proposta. A autarquia afirmou também que assegurará aos indígenas que vivem na zona urbana a representação junto ao Comitê Regional, que realiza o controle social da Funai, e propôs um fórum de discussão sobre a demarcação de terras indígenas, e também garantiu apoio às reuniões dos movimentos sociais indígenas que atuam em Manaus.

As lideranças indígenas presentes, que representavam etnias Mura, Kokama, Apurinã e Munduruku, entre outras, ressaltaram que, mesmo com a decisão da Justiça negando a

reintegração de posse, podem desocupar o prédio se houver o atendimento de suas reivindicações. A presidência da Funai deverá confirmar a proposta até sexta-feira (29), data em que os indígenas também deverão se manifestar sobre o acordo para a desocupação do prédio.

*Com informações de assessoria.

Indígenas marcam 30 anos da morte do cacique Marçal de Souza com manifesto
SÍTIO PR/MS, 27.11.2013

Documento entregue ao MPF lembra do histórico de violência contra os povos indígenas e pede solução para a demarcação de terras no estado



Marçal de Souza, líder indígena guarani

O procurador da República do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS), Ricardo Pael Ardenghi, recebeu nesta segunda (25) um manifesto de indígenas guarani-kaiowá. O ato simbólico faz parte do encontro realizado nos dias 22 a 25 de novembro que marcou os 30 anos da morte da liderança indígena Marçal de Souza. Com o tema "Sem Tekoha não há Teko. Sem Tekoha não há escola indígena", o evento reuniu cerca de 300 indígenas, entre eles professores, rezadores e lideranças, na Aldeia Takuapery, no Município de Coronel Sapucaia.

Em memória a Marçal de Souza, morto em 25 de novembro de 1983 durante a luta pela Terra Indígena Campestre, foi realizada uma caminhada da Aldeia Ñanderu Marangatu até a

Aldeia Campestre, ambas no Município de Antônio João, fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Houve momentos de reflexão e de celebrações tradicionais por meio dos rezadores indígenas.



Procurador Ricardo Pael Ardenghi recebe o manifesto

No manifesto entregue ao MPF, os índios afirmam que "a morte de Marçal de Souza representa a trajetória de luta dos indígenas pela devolução de suas terras e o ato foi uma forma de se posicionar contra as ameaças públicas que têm sido feitas" contra eles.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Clique aqui

(<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/11/Manifesto.pdf>) para ler o manifesto na íntegra.

A liderança

Marçal de Souza nasceu em 24 de dezembro de 1920, recebeu o nome indígena Tupã I, que significa “pequeno Deus”, por isso também é conhecido como Marçal Tupã. Dedicou grande parte da sua vida na luta pela defesa das questões indígenas e por melhorias nas condições de vida de seu povo. Denunciou a exploração nas aldeias indígenas e foi vítima de perseguição.

No mesmo ano em que discursou para o papa João Paulo II, Marçal Tupã passou a morar na Aldeia Pirakuá, no Município de Antônio João. A área era contestada pelo fazendeiro Libero Monteiro, que considerava a região como parte de sua propriedade. Após diversas ameaças e intimidações, em 25 de novembro de 1983 Marçal foi assassinado com 5 tiros. A execução repercutiu mundialmente. Após 10 anos da morte do líder, os principais acusados, Libero Monteiro de Lima e Rômulo Gamarra, foram absolvidos.

Saiba mais sobre Marçal de Souza.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



CIMI: indígenas guarani vão resistir a integração de posse em Yvy Katu

SÍTIO PASSA PALAVRA, 27.11.2013

Ruy Sposati, de Japorã (MS)

Há 45 dias acampados em seu próprio território, os Guarani Ñandeva não dão sinal de que irão ceder às pressões de fazendeiros e às reintegrações de posse contra as ocupações de 14 propriedades que incidem sobre a Terra Indígena Yvy Katu. Localizada entre municípios de Japorã e Iguatemi, fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, a área foi declarada como terra indígena em 2005 pelo governo federal.

Segundo a comunidade, 100% dos 7,5 mil hectares antes ocupados por fazendas está sob o controle dos Guarani. Os fazendeiros utilizavam a terra para criação de gado, que já foi retirado das fazendas pelos proprietários. Estradas e vicinais estão sob o controle dos indígenas. Ao menos duas vezes por semana, famílias e lideranças de todas as áreas retomada se reúnem em assembleias para discutir o dia-a-dia dos acampamentos, compartilhar informações e notícias de jornais locais, e decidir os rumos da luta pela demarcação de Yvy Katu (para ver a galeria de fotos acesse: <http://www.flickr.com/photos/agenciaporantim/sets/72157637606322724/>).

Os guerreiros se allinham com suas crianças, arcos, flechas, facões, maracás e lanças; as mulheres com suas taquaras e bebês a tira-colo; as crianças com espadas de brinquedo e galões de água. Uma Nãndesy abençoa a cada um dos indígenas enfileirados, bem como suas armas tradicionais e seus pés. Muitos vestem máscaras, por temer se tornarem alvo de ameaças e ataques individuais dos “seguranças” contratados por fazendeiros.

Em meio a um longo discurso em Guarani durante uma assembleia na última sexta-feira, 22, o trecho em português gritado por uma mulher de 65 anos sintetizou com clareza a posição unânime da comunidade em resistir, sob quaisquer circunstâncias: “Estou aqui com meu povo. Nós somos 5 mil. Aqui tem homens, mulheres, crianças. Nós vamos ficar aqui. Nós não vamos sair. Que venham 20, 40, 200, 1000 tratores. Vocês querem nos matar e nós estamos prontos para morrer. Essa é a minha palavra”.

“A gente é livro vivo” – ouça discurso de liderança em defesa de Yvy Katu em: <https://soundcloud.com/#agenciaporantim/discurso-emocionante-de-um-ind>

Durante a reunião, os indígenas tomaram conhecimento de que a Justiça Federal de Naviraí concedera, no último dia 18, mais uma reintegração de posse contra a comunidade, em favor da Agropecuária Pedra Branca. Na decisão, a Justiça afirma que a atuação dos indígenas carrega “características de guerrilha e forte oposição ao Estado”. Esta é a segunda reintegração desde o início das novas retomadas, em primeiro de outubro.

A outra decisão judicial veio em favor do proprietário da fazenda Chaparral, Luiz Carlos

CONT.



Tormena, no dia 31 de outubro. Após “tentativa” de execução da ordem de expulsão pela Polícia Federal no dia 6 de novembro – considerada truculenta pelo Conselho do Aty Guasu, grande assembleia Guarani e Koiwá do Mato Grosso do Sul -, a Justiça determinou um prazo de dez dias para que os indígenas saíssem voluntariamente das propriedades ocupadas. O prazo venceu na última sexta – e os indígenas não deixaram a Chaparral. Ali, a reintegração é iminente. “O povo guarani está bastante unido e pronto para resistir a qualquer tipo de ataque ou ameaça”, explica uma das lideranças, que prefere não ser identificada e nem fotografada. “Temos 800 crianças nas escolas que não estão estudando por causa das ameaças. Estamos todos juntos e prontos para morrer”.

Os indígenas relatam ataques, disparos e intimidações por parte de fazendeiros da região, contrastando com o apoio que os indígenas tem recebido da comunidade local – a prefeitura e a presidência da Câmara dos Vereadores de Japorã apóiem abertamente a luta dos Nandeva. Durante a assembleia de sexta, ao menos dez veículos tentaram trespassar o bloqueio de uma das vicinais que atravessa o acampamento, a menos de 50 metros da reunião.

Antes de retomarem o território de Yvy Katu, os indígenas estavam ocupando apenas 10% da área total reivindicada, por força de decisão judicial. “Nós aceitamos esse acordo [da Justiça] com o compromisso de que enquanto estaríamos nos 10%, a demarcação da terra seria concluída. Mas nós entendemos que foi um erro aceitar esse acordo, porque nos enganaram, porque depois disso tudo ficou parado como estava. Então agora nós só vamos aceitar acordo de 100%. 100% da terra é nossa, nós não vamos sair mais”.

“Jogaram na mídia que conseguiram 500 cabeças de gado pra leilão, para adquirir recursos principalmente para segurança. Quando falam isso, querem dizer jagunço, nós entendemos”, comenta a liderança, a respeito do Leilão da Resistência, organizado por associações de criadores de gado e produtores rurais do estado. “Se acontecer uma tragédia, nós responsabilizamos o governo”.

Organizações sociais lançaram uma carta aberta à presidenta Dilma Rousseff (acesse em: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7267&action=read) exigindo uma intervenção federal no Mato Grosso do Sul, acusando proprietários rurais de estarem “organizando força paramilitar para atentar contra a vida de coletividades e contra o Estado de direito no Brasil”.

Histórico – Os Guarani reivindicam a conclusão da demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, com 9,4 mil hectares.

Estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e de uma perícia judicial comprovaram que os Nandeva ocupavam a área de Yvy Katu no período da colonização da região, de onde foram expulsos em meados de 1928. A maioria dos indígenas foi confinada na reserva de Porto Lindo, localizada no município de Japorã, junto de outras famílias Guarani do sul do estado.

Iniciada há 29 anos, a demarcação da Terra Indígena Yvy Katu, na qual a reserva de Porto Lindo está incorporada, foi interrompida diversas vezes por recursos judiciais. Em 2003, para pressionar o governo e o judiciário, os indígenas realizaram a primeira

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

retomada de seu território tradicional, expulsando não-indígenas de 14 diferentes fazendas na área reivindicada.

Em junho de 2005, o Ministério da Justiça editou a Portaria no. 1289, declarando os 9,4 mil hectares de Yvy Katu como de posse permanente dos indígenas. A demarcação física já foi realizada, faltando apenas a homologação pela Presidência da República, ato final da demarcação. Os indígenas ocupam, atualmente, 10% do total da área demarcada, por força de decisão judicial.

Em março deste ano, a Justiça considerou nulos os títulos de propriedade incidentes sobre a Terra Indígena Yvy Katu, atestando a validade do processo demarcatório da área.

Conselho Indigenista Missionário – CIMI



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Oficina reúne povos indígenas da Bacia do Rio Doce

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.11.2013

Encontro proporciona troca de experiências sobre água, atuação na gestão dos recursos hídricos e planejamento ambiental

A oficina formativa "Gestão de Águas em Terras Indígenas", será realizada no município de Aimorés, Minas Gerais, desta quarta-feira (27) até sábado (30). Organizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o encontro proporciona troca de experiências sobre água, formação para atuação na gestão dos recursos hídricos e planejamento de ações operacionais de recuperação ambiental, entre outros.

A oficina acontece no Instituto Terra, reunindo os Krenak (Watu, Atorã, Nakrehé e Naknenuk) e outras duas etnias indígenas que habitam o território da Bacia do Rio Doce, os Pataxó e os Tupiniquim. Além das vivências compartilhadas, o processo de aprendizagem tem como base a Lei de Águas, o Plano Integrado da Bacia do Rio Doce e a nova Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Contexto

Instituída em junho de 2012 pelo Decreto nº 7747, a PNGATI também trata, entre outros temas, da proteção hídrica (promover ações de proteção e recuperação das nascentes, cursos d'água e mananciais essenciais aos povos indígenas) e da governança e participação indígena na gestão de águas (apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas).

A bacia hidrográfica do rio Doce apresenta uma significativa extensão territorial, cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem a Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo. Abrange, total ou parcialmente, áreas de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo e possui uma população total da ordem de 3,1 mil.

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Indígenas vão ao MPF/AM pedir saída de coordenador da Funai
SÍTIO PROCASA, 27.11.2013

Cerca de 30 índios da tribo Kocama, e de outras etnias, estão desde às 8h desta quarta-feira (27) reunidos em frente à sede do Ministério Público Federal (MPF/AM), localizado no Aleixo, Zona Sul de Manaus.

O grupo de indígenas se dizem insatisfeito com a atual gestão do coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) na região, Eduardo Deziderio Chaves, e pede a saída dele do cargo.

Neste momento, três caciques identificados como Inara Kocama, Sabá Castilho Gomes Kocama e Antônio Mota Mura, estão reunidos com o procurador da república Júlio José Araújo Junior para encontrar uma solução para o impasse que já dura quase um mês.

De acordo com a índia Gracilene Cocama, 31, os índios estão passando serias dificuldades em relação a tratamento de saúde e maus tratos.

“Estamos revoltados com esse coordenador que não ajuda os índios em nada. Nós estamos sem atendimento médico por que ele não faz nada por nós”, disse.

Na semana passada, os indígenas entregaram ao procurador Júlio Araújo uma carta com 23 reivindicações, a maioria relacionada à Funai.

Os índios afirmam que só vão deixar o prédio do MPF/AM quando houver uma solução para o problema.

Com informações de Michelle Freitas (Jornal AGORA)

Prazo para negociação de fazendeiros e índios no MS se esgota

SÍTIO LINHAS LIVRES, 27.11.2013

Governador reunido com deputados e representante dos índios para tentar resolver a questão do conflito de terra no Estado. (Foto: Gleber Gellio)



A três dias do prazo final para a apresentação da solução pelo Ministério da Justiça, ainda há dúvidas sobre a melhor proposta para acabar com o conflito entre índios e produtores rurais em Mato Grosso do Sul. A forma do pagamento é um dos pontos polêmicos definidos na reunião entre o governador do Estado, André Puccinelli (PMDB), deputados estaduais e produtores rurais.

Depois da reunião realizada hoje na governadoria com nove deputados estaduais e representantes dos proprietários, Ministério

Público Federal e indígenas, o líder do governo na assembleia, Junior Mochi (PMDB), disse que está sendo redigida uma carta com a proposta e regras bem definidas para ser entregue à presidente Dilma Rousseff (PT).

Ele contou que entre as propostas está a utilização do recurso da União na compra de terras no Estado. "Seria uma forma de compensação, em vez de o Estado pagar as parcelas mensais da dívida ativa para a União, usaria o dinheiro para comprar terras indígenas", explica.

O deputado Estadual Pedro Kemp (PT), destacou que ainda há uma dúvida em relação à compra das áreas. "Ela vai ser feita por meio de desapropriação com interesse social ou por meio de indenização", questiona.

Para deputado Laerte Tetila (PT), o governo federal poderia indenizar os fazendeiros depositando dinheiro no Fepat (Fundo para Aquisição de Terras Indígenas), criado por ele, para indenizar os fazendeiros. Outra forma, segundo ele, seria por meio de desapropriação, propostas estas que vão estar na carta.

Além dessas propostas, o grupo gostaria que fosse definido um cronograma de ações com datas definidas com as compras das terras, finaliza o presidente da Acrisul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia.

Além da região de conflito em Sidrolândia, que vem sendo priorizada pelo Governo federal, outras 70 áreas estão invadidas pelos índios em Mato Grosso do Sul. Os produtores querem a solução definitiva para o problema.



Reunião entre índios e MPF termina com promessa de um novo encontro

SÍTIO PROMAD, 27.11.2013

Funcionários que estavam presos no local, desde a manhã desta terça-feira (26), foram libertados após a reunião

Reunião entre índios da tribo Xacriabá, de São João das Missões, no Norte de Minas, que ocuparam o prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, na manhã desta terça-feira (26), e PF, PM e Ministério Público Federal terminou com a promessa de uma nova reunião nas próximas semanas. Os índios irão passar a noite no prédio e se comprometeram a deixar o local nesta quarta-feira (26). Os oito funcionários que estavam no prédio conseguiram deixar o local após a reunião.

Segundo o delegado da Polícia Federal (PF) na cidade, Cristiano Campideli, os cerca de 70 manifestantes pedem por melhorias na saúde da cidade onde vive a tribo e também desejam que a gestora do órgão deixe o cargo. Ela não teria cumprido promessas que fez aos índios.

Ainda segundo a PM, por volta das 10h30, o grupo indígena tomou o local e impediu que funcionários deixassem o prédio, fechando o portão. A manifestação indígena é pacífica, até o momento.

Aos poucos, os funcionários foram sendo liberados, a começar por pessoas que se sentiram mal e por mulheres que estão amamentando.

A reunião entre as lideranças indígenas, PF, PM e Ministério Público Federal iniciou às 13h e só terminou no fim da tarde desta terça-feira. Ficou acordado que uma nova reunião, ainda sem data definida, será marcada para debater os pontos questionados pelos índios.

Ao contrário do que foi informado nessa terça-feira (26), o prédio ocupado não é da Funasa, mas do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei). (O Tempo)

Fonte: Associação do Ministério Público de Minas Gerais - <http://www.amp.org.br/>



Bactéria resistente a doenças, em índios do Acre, é alvo de pesquisadora paulista
SÍTIO COTILNET NOTÍCIAS, 27.11.2013

Para investigar as características de uma bactéria resistente a antibióticos que pode provocar doenças graves, uma pesquisadora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) está realizando exames em indígenas do Acre.

Informações do site G1 Acre dão conta de que trata-se da MRSA, um tipo de *Staphylococcus aureus* que já foi mais comum em ambiente hospitalar e atualmente se encontra em toda população, apresentando-se em maior percentual nas populações indígenas.

Segundo a publicação, a presença desses microorganismos é identificada através da análise de material colhido na mucosa nasal e garganta.

Segundo a pesquisadora Lígia Abrão, a MRSA está presente em 30% da população, porém a variante da bactéria resistente às drogas mais usadas é encontrada em 0,8% da comunidade.

De acordo com Lígia, tal bactéria “está relacionada com infecção de pele, pneumonia necrotizante, que é um quadro mais grave do que o normal, intoxicação alimentar e a síndrome do choque tóxico que é a nível sistêmico”.

“O nosso objetivo é identificar onde essas bactérias estão, como têm se comportado e em que tipo de população está instalada. Com essas informações, quando o indivíduo infectado entrar no ambiente hospitalar vai receber de imediato a medicação adequada, evitando a evolução para um quadro mais grave e a disseminação”, explica.

Lígia Abrão, que também é enfermeira, explica que os homossexuais, diabéticos, presidiários, indígenas e outras pessoas que vivem em ambientes aglomerados, fazem parte do grupo de risco.

“Os indígenas têm uma pré-disposição maior por tomar muito banho, apresentam uma característica de infecção de pele devido às substâncias usadas na pintura e contam com condições de saúde mais precárias. Constatada a presença desse microorganismo, a gente fornece o tratamento e todas as informações colhidas serão utilizadas para nortear o tipo de estrutura de saúde que deve ser oferecida aos indígenas”, relata.

Esse tema faz parte da tese de doutorado em doenças tropicais da pesquisadora. Ela conta com o apoio do laboratório do Campus da Universidade Federal do Acre (Ufac) em Cruzeiro do Sul e do pesquisador e professor Rodrigo Medeiros. As análises colhidas em indígenas dos municípios de Mâncio Lima e Feijó serão analisadas em Botucatu (SP).



Funai participa do lançamento de plano para educação indígena

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.11.2013

Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais possui ações que buscam promover a educação escolar indígena



Dezenas de índios participaram da solenidade

Fortalecer e organizar a educação escolar indígena no país. É com esse objetivo que foi lançado na última segunda-feira (25), em Brasília – DF, o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais. O programa é de iniciativa do Ministério da Educação e consiste em um conjunto articulado de ações de apoios técnico e financeiro do MEC aos sistemas de ensino.

A solenidade de abertura teve a participação da presidenta da Fundação Nacional do Índio, Maria Augusta Assirati, do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, do representante da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Ricardo Weibe Nascimento, da secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, Macaré Evaristo dos Santos, da conselheira da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Rita Gomes do Nascimento e do representante da Ação Saberes Indígenas, Gérsem Baniwa.

A presidenta da Funai, Maria Augusta, parabenizou o MEC pela iniciativa e enfatizou sua importância simbólica no que diz respeito à valorização da pauta indígena no Ministério. “Para podermos aplicar de forma efetiva a política indigenista no país precisamos da atuação de diversos setores do governo federal. E a atual gestão do MEC, dentro de suas competências, vem trabalhando na afirmação dos direitos dos povos indígenas, pois sabemos que a política de educação é fundamental na proteção e garantia dos direitos desse segmento”, afirmou Maria Augusta.

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, reafirmou a parceria com a Funai e ressaltou a relevância da agenda indígena no MEC. “Temos uma dívida histórica com os indígenas muito grande para pagar e a educação está na linha de frente para resgatar seus direitos, respeitando suas necessidades e especificidades”, afirmou Mercadante.

“Neste processo, o MEC busca uma política de fortalecimento da Funai para que a instituição tenha condições de articular com os outros ministérios que atuam na ponta. Não avançaremos na política indigenista sem esse fortalecimento. Quem não trabalha pela Funai está combatendo os direitos dos povos indígenas e a diversidade que compõe a realidade brasileira”, enfatizou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

O Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais possui ações que buscam promover a educação escolar indígena, adequando-se às realidades sociais, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos contemplados. Entre os objetivos dos territórios etnoeducacionais está a ampliação e qualificação da oferta da educação básica e superior para os povos indígenas e a garantia da participação dos povos indígenas nos processos de construção e implementação da política de educação escolar indígena.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



MPF recomenda consulta às comunidades indígenas de Paragominas para realização de novo concurso

SÍTIO PR/PA, 27.11.2013

Prefeitura do município deve realizar novo concurso até dezembro de 2015

O Ministério Público Federal no Pará (MPF-PA) recomendou ao município de Paragominas a consulta às comunidades para realização de novo concurso público para o preenchimento de cargos da Zona Indígena do município. A prefeitura tem prazo de 45 dias a partir do recebimento da recomendação para de manifestar sobre o acatamento ou não da recomendação. Caso seja acatada, devem ser apresentadas as medidas administrativas a serem tomadas

A recomendação é no sentido da realização de consulta às comunidades indígenas da Terra Indígena Alto Rio Guamá, da realização de concurso público, até dezembro de 2015, para seleção dos professores com formação em nível médio, na modalidade magistério indígena e também dos cargos administrativos, previsão, em edital, de requisitos que determinem o respeito à língua própria da etnia Tembé, bem como a consideração das especificidades da cultura e elaboração de programa político pedagógico mediante a consulta às comunidades, considerando uma educação diferenciada, com conteúdo programático, material didático, cronogramas e tempos próprios.

A recomendação é resultado de inquérito civil público que buscou averiguar a possível nulidade de concurso público realizado pela prefeitura de Paragominas em 2012, depois que alguns dos concursados abriram representação no MPF informando a não tomada de posse para o cargo específico para o qual haviam prestado concurso, por não terem sido aceitos nas comunidades indígenas, que alegaram não terem sido consultadas quanto ao concurso e que não aceitam pessoas estranhas a sua cultura.

De acordo com a recomendação a prefeitura de Paragominas realizou tentativas conciliadoras com os índios, sendo que alguns professores foram aceitos pelas comunidades. Os concursados que não foram aceitos foram remanejados para atuarem em outras áreas do serviço de educação municipal.

"O concurso realizado pela Prefeitura de Paragominas, quanto à parte que se refere à 'Zona Indígena', por não ter sido realizada consulta prévia, bem como por não considerar as especificidades da cultura da etnia Tembé, apresentou vício que poderia fulminá-lo por nulidade; que, no entanto, tendo em vista que a posição de conciliação encontrada pelo ente federado e a comunidade indígena acabou por afastar o prejuízo tanto aos direitos indígenas como aos concursados que haviam sido aprovados e foram remanejados", ressalta texto da recomendação.

Íntegra da Recomendação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 3299-0177 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA
<http://www.facebook.com/MPFPara>

Pyelito Kue: "esgotou a nossa paciência"
SÍTIO BRASIL DE FATO, 27.11.2013



"Nós queremos que eles [governo brasileiro] cumpram a sua palavra. Eles falam que vão fazer. Nós já ficamos esperando. E eles não estão cumprindo, não estão chegando e não vem para demarcar a nossa terra", afirma o novo documento indígena

Ruy Sposati, de Dourados (MS)
Do Cimi

Mais de um ano depois da dramática carta da aldeia-acampamento Pyelito Kue, na fronteira do Mato Grosso do sul com o Paraguai, os Guaraní Kaiowá lançam novo documento denunciando a sistemática omissão do governo federal na demarcação das terras indígenas do Mato Grosso do Sul.

"Nós queremos que eles [governo brasileiro] cumpram a sua palavra. Eles falam que vão fazer. Nós já ficamos esperando. E eles não estão cumprindo, não estão chegando e não vem para demarcar a nossa terra", afirma o novo documento.

Frente às declarações públicas de fazendeiros sobre financiamento de seguranças privados para reagir às retomadas indígenas, os Kaiowá de Pyelito Kue afirmam que não desistirão da luta pela demarcação de Pyelito, e que não esperarão mais "de braços cruzados", afirma a comunidade na nova carta. "Nós gritamos que esgotou a nossa paciência (...). Imediatamente precisamos ocupar de volta nosso tekoha".

Os indígenas exigem a presença da Força Nacional e da Polícia Federal para garantir sua segurança, mas concluem: "se houver algum pedido de liminar ou reintegração de posse, já vamos deixar bem claro que a guerra será declaratoriamente (sic)".

CONT.



Nada mudou

Dois anos após a retomada de 1 hectare de seu território tradicional, pouca coisa mudou na vida da comunidade. Continuam sem escola, sem saúde e sem terra para plantar, confinados entre fazendas de gado, debaixo de barracos de lona.

Em 8 de janeiro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou as conclusões dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Iguatemipegua I, que abrange os Tekohá - terras tradicionais - Mbarakay e Pyelito Kue, reconhecendo como de ocupação tradicional do povo Guarani Kaiowá uma área de 41,5 mil hectares.

Logo após a publicação do relatório, a comunidade se posicionava: a aprovação deste havia sido uma vitória de sua luta - e, no entanto, ainda viviam sob os mesmos 1 hectare de terra. À luz de quase um ano de publicação do relatório de identificação da área, a resposta governamental manteve os ares de pirofagia política, em detrimento de uma ação efetiva que solucionasse os conflitos e fizesse valer a Constituição Federal.

Primeira carta

Escrita à mão em 8 de outubro de 2012 por um jovem estudante Kaiowá - numa folha pautada e em português, após uma longa conversa entre os membros da comunidade - o documento questionava uma decisão judicial de reintegração de posse que retiraria os indígenas daquele um hectare de terra, retomado há quase um ano pelas famílias de Pyelito.

A carta foi entregue, na manhã do dia 8, a membros do Conselho do Aty Guasu, organização política dos indígenas Guarani e Kaiowá, num trecho da estrada vicinal que leva ao acampamento. Não havia sido possível aos indígenas chegarem à aldeia, em função de um bloqueio dos proprietários e arrendatários da fazenda que incidem sobre o território reivindicado pelos indígenas. À tarde, o Aty Guasu publica em seu perfil do Facebook a carta que sacudiria o Brasil e o mundo e reposicionaria os Guarani Kaiowá e o universo indígena na pauta do dia da imprensa, do governo e da sociedade.

Mobilização

O documento provou o poder de mobilização social dos indígenas e a solidariedade geral da sociedade envolvente. Milhares de pessoas saíram às ruas, no Brasil e no mundo, em defesa da demarcação dos territórios tradicionais dos Kaiowá e Guarani; centenas de cartas foram escritas ao governo. Parlamentares, intelectuais e ativistas, muitos deles pela primeira vez, travaram contato com a luta dos indígenas do Mato Grosso do Sul.

Apesar do apoio e reconhecimento alcançados pelos Kaiowá, o cotidiano da comunidade permaneceu bastante violento. Menos de um mês depois do lançamento da carta, uma indígena de Pyelito Kue foi estuprada por oito pistoleiros, que a amordaçaram e apontaram uma faca em seu pescoço, enquanto a violentavam. Um sem-número de intimidações e ataques à comunidade foram relatados pelos indígenas às autoridades. Em abril, um fazendeiro cuja propriedade incide sobre Pyelito entrou com um pedido de interdito proibitório da Justiça

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Federal de Naviraí.

Leilão

Fazendeiros do Mato Grosso do Sul irão leiloar "de galinha a vaca OP [gado de Origem Pura]" para financiar a luta contra indígenas. Organizado por associações de criadores de gado e produtores rurais do estado, os recursos arrecadados no chamado "Leilão da Resistência", anunciado para o dia 7 de dezembro, serão destinados a ações de combate às ocupações de terras por indígenas no estado.

Indígenas e organizações sociais lançaram uma carta aberta à presidenta Dilma Rousseff exigindo uma intervenção federal no Mato Grosso do Sul, acusando proprietários rurais de estarem "organizando força paramilitar para atentar contra a vida de coletividades e contra o Estado de direito no Brasil".

Foto: Ruy Sposati/Cimi



A medicina ocidental e o conhecimento indígena
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2013

João Paulo Barreto*, Amazônia Real

Muitas coisas marcam na nossa vida e são difíceis de esquecer. Não num tempo muito distante, um episódio ficou marcado na nossa família e, mais ainda, como um fato de discriminação intelectual dos nossos conhecedores que nós chamamos com muito respeito de Kumuã, que vulgarmente são chamados de pajés ou xamãs em português. Esse episódio ficou conhecido através da imprensa em níveis local, nacional e internacional.

Aqui, não quero adentrar nos detalhes do fato a não ser partilhar com os leitores uma experiência de discriminação intelectual/racional entre os modelos de conhecimentos num país pluricultural. Em outros termos, o conhecimento indígena colocado sempre como um conhecimento de terceira categoria, pautada nos mitos, lendas, etc.

Aconteceu que minha sobrinha tinha saído da nossa comunidade do Alto Rio Tiquié, da terra indígena do Alto Rio Negro para a capital amazonense a tratamento da picada de cobra jararaca.

Com agravamento da situação de saúde e necropsia do local da picada, somado com a "carnificina" dos próprios médicos, foi decidido pela equipe médica pela amputação de perna da adolescente. O fato nos causou indignação (familiares) e desespero por parte da adolescente e do pai.

Diante da decisão dos médicos, consultamos três kumuã Tukano sobre a condição da necessidade de amputação deferida pelos médicos naquele momento. Todos os kumuã consultados forma unânime em afirmar categoricamente que ainda não era a hora de amputar. Tomados de informações dos kumuã decidimos contra a amputação.

Após grande batalha e "briga" e pela repercussão do fato, a equipe médica decidiu reunir nós (família) e os três kumuã Tukano. Num rápido encontro, e visivelmente irado pela contrariedade da nossa parte, o médico, chefe da equipe, asperamente dirigiu pergunta aos kumuã, sobre quais eram as razões de eles serem contra.

Eles, da sua maneira e com expressão limitada de português responderam sua pergunta. O médico, sem paciência, interrompendo a fala dos kumuã, levantou-se e disse: "eu estudei oito anos para ter autoridade de tomar decisões sobre a saúde de pacientes, enquanto, sobre vocês, não consigo ver o currículo tal como o meu". Dito isto levantou e convidou a sua equipe a se retirar.

Diante da intransigência do médico, decidimos manter com mais rigor nossa decisão. Essa luta resultou na desistência da amputação e tratamento mais digno pela outra equipe médica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Atualmente, minha sobrinha está com dezessete anos de idade, estuda no colégio Brasileiro no primeiro ano do ensino médio. Perdeu parcialmente o movimento da perna direita, mas anda sem necessidade de auxílio "mecânico".

Optamos para ela permanecer em Manaus pelo fato de que, na aldeia ela não teria condições de mover-se com eficiência fisicamente devido a sua deficiência adquirida, sobretudo nos afazeres domésticos, como o trabalho no roçado.

Enfim, hoje eu fico me perguntando, que conhecimento é esse tão intransigente com outros modelos de conhecimentos? E sempre carrego comigo aquilo que meu pai, kumu Ovídio Barreto, me fala. Que cada conhecimento tem seu limite e, juntos podem agir num sistema de complementaridade. Isto é, nas suas palavras: aquilo que eu não posso curar, os médicos podem, de igual modo, os que eles não podem, eu posso curar dentro do meu domínio.

Para terminar a conversa eu diria: o fato de eu ser consciente dos fatos, não me obriga a ter teoria sobre o mesmo fato (Fernando Pessoa). Somos apenas Diferentes e temos categorias e conceitos diferentes sobre a mesma realidade.

*João Paulo Barreto é antropólogo e indígena da etnia tukano (Alto Rio Negro).



Jovens indígenas concluem curso técnico de enfermagem em Dourados

SÍTIO JUSBRASIL, 27.11.2013

Alunos residentes nas aldeias Jaguapiru e Bororó, após dois anos de formação, oferecida por meio de acordo entre o MPT e o Hospital Evangélico, agora estão capacitados para atuar nas instituições de saúde. No total, 39 alunos concluíram o curso técnico.

Jovens indígenas da região de Dourados concluíram, no último dia 22, uma importante etapa rumo ao mercado de trabalho. Nesse dia, foi realizada a formatura da primeira turma de alunos do curso técnico de enfermagem indígena realizado pela Escola Vital Brasil. A solenidade foi realizada na sede da Igreja Presbiteriana do Brasil Central, conhecida como Igreja do Relógio, em Dourados.

A capacitação de técnicos de enfermagem indígenas para atuar em instituições de saúde foi resultado de acordo judicial, firmado em julho de 2011, em ação de execução de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra a Associação Beneficente Douradense, Hospital Evangélico Dr. e Sra. Goldsby King. O curso foi ministrado pela Escola Vital Brasil.

Segundo o procurador do trabalho Jeferson Pereira, "o objetivo do curso teve duas vertentes, a primeira destinada a promover a qualificação de indígenas para atuarem na área da saúde e a segunda de promover a inserção dos profissionais no próprio Hospital Evangélico, considerando que a justificativa apresentada à época do descumprimento do TAC, por excesso de jornada, foi justamente o fato de carência de mão de obra especializada na área de técnico de enfermagem".

Inclusão social - Para execução do acordo, R\$ 380 mil, referentes ao valor da execução movida por irregularidades trabalhistas, como excesso de jornada, foram revertidos na formação profissional dos indígenas de aldeias de Dourados e região. A realização do curso foi proposta pelo MPT, como forma de substituição do pagamento das multas decorrentes do TAC, e surgiu da necessidade de qualificar os indígenas da região, suprir a falta de mão de obra na área de saúde e de oportunizar aos jovens índios a inserção no mercado de trabalho.

Para preenchimento das vagas, foi realizada prova de seleção entre os inscritos. O curso foi iniciado em outubro de 2011 com 53 estudantes e teve carga horária de 1.800 horas, com 25 meses de duração. Para atingir a meta de formar ao menos 50 profissionais, 12 estudantes foram matriculados em outra turma, iniciada em abril deste ano, com os mesmos benefícios da primeira. Essa turma concluirá o curso em março de 2014.

Da aldeia à sala de aula - Para assegurar a permanência no curso, os alunos receberam gratuitamente materiais didáticos e bolsa auxílio mensal, no valor de R\$ 50, condicionada à frequência mínima a 75% das aulas. Para os alunos residentes nas aldeias Jaguapiru e Bororó

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

o transporte até Dourados para participar das aulas também foi custeado pelo acordo.

Foram realizadas duas capacitações para qualificar o corpo docente e técnico para desenvolvimento do projeto, com participação de 71 profissionais do Hospital Evangélico, Hospital da Vida, Hospital Santa Rita, Hospital do Coração, Hospital Cassems, Clínica do Rim, Hospital Universitário e Centro de Tratamento do Câncer.

Dos 39 alunos que se formaram, 11 são da etnia Guarani, 10 Kaiowá, 16 Terena e dois da etnia Kadiwéu. O procurador do trabalho Jeferson Pereira foi o patrono da Turma de Enfermeiros indígenas.

Durante a solenidade de formatura, a coordenadora do curso de técnico de enfermagem, Sílvia Borgato, ressaltou o fato de que, em mais de 20 anos atuando na escola Vital Brasil, essa turma indígena foi a melhor turma, em matéria de disciplina, organização, interesse e desempenho, revelando-se a ela como uma grata surpresa. A professora Sílvia acrescentou que dos 39 alunos formandos, cinco já estão atuando na área, um no Hospital Santa Rita e os outros quatro no Hospital da Missão Evangélica Caiuá, dentro da própria aldeia Jaguapiru.

O Ministério Público do Trabalho em Dourados vai acompanhar a inserção dos indígenas no mercado de trabalho, tanto pelo próprio Hospital Evangélico, como pela Missão Caiuá.

Acordo referente ao processo judicial nº 000442-23.2011.5.24.022, disponível para consulta no site www.trt24.jus.br.

Fonte: Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul

Contato: (67) 3358-3034

www.prt24.mpt.gov.br | twitter: @MPT_MS



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Prefeito de Bom Jesus da Lapa se reúne com ministra da Igualdade Racial

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.11.2013

Comunidades quilombolas, que têm expressiva representação na região do município baiano, foram principal ponto da pauta do encontro

A ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), recebeu nesta terça-feira (26), o prefeito do município baiano de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro.

A agenda quilombola, cuja representação é expressiva na região, foi o principal ponto de pauta da audiência, que contou com a presença do deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA), e do recém-empossado secretário municipal para a temática racial, assuntos sobre juventude e mulheres, Florisvaldo Rodrigues da Silva.

Entre outras reivindicações, o prefeito solicitou orientação da ministra para o funcionamento da nova Secretaria e para viabilizar ações de infraestrutura que atendam às comunidades rurais, a exemplo da pavimentação de 120 quilômetros da estrada que liga Bom Jesus ao município de Malhada.

“Precisamos visualizar as principais demandas do município para construirmos uma proposta de trabalho que se encaixe nos programas e projetos da Seppir”, declarou a chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que manifestou disposição para contribuir com o planejamento da agenda racial de Bom Jesus da Lapa.

Para auxiliar a tarefa dos gestores municipais baianos, a ministra sugeriu que eles consultassem o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, lançado na III Conferência Nacional sobre a temática. Elaborada pela Seppir, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a publicação traz orientações práticas sobre como implementar políticas da área.

Localizado a 796 quilômetros de Salvador, Bom Jesus da Lapa tem uma população estimada em 68,2 mil habitantes, entre eles os integrantes das comunidades de Lagoa do Peixe, Povoado de Araças, Cariacá, Pedras, Patos e Retiro, Nova Batalhinha e Povoado de Paus Pretos (Riacho de Santana), Barrinha, Juá-Bandeira e de Rio das Rãs, que é certificada pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC). De acordo com o IBGE, o município está situado na região centro-oeste do estado da Bahia, na Zona do Médio São Francisco, com território totalmente abrangido pelo polígono das secas.

Fonte:

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



Festival sobre Comunicação Comunitária, em Minas Gerais, destaca vídeos ribeirinhos
SÍTIO DIHITT, 28.11.2013

Por Bob Barbosa

Dois vídeos de comunidades parceiras do Projeto Saúde & Alegria foram selecionados para o Festival Imagem Comunitária e Transformação Cultural, que rolou entre os dias 20 e 24 de novembro em Belo Horizonte.

Aramanaí, no município de Belterra, e Pedra Branca, uma comunidade da Resex Tapajós-Arapiuns, no município de Santarém, estão representadas, respectivamente, por Iaras de Aramanaí e Farinhada da Pedra Branca.

As duas produções são as únicas da Amazônia Brasileira na Mostra de Vídeos do evento, que apresentará trabalhos de coletivos que utilizam a produção audiovisual como instrumento de transformação social, em comunidades na América do Sul.

Na programação do Festival Imagem Comunitária e Transformação Cultural haverá também um Seminário, com participação de pesquisadores, comunicadores e ativistas sociais, que debaterão sobre comunicação comunitária, democracia e diversidade cultural.

No Seminário sou um dos convidados da mesa de debates “Novos Territórios da Cultura”, onde dialogarei sobre as experiências comunitárias e audiovisuais do Projeto Saúde & Alegria nos beiradões do Tapajós e Arapiuns.

Outro destaque será uma Exposição, um “varal de afetos”, com roupas, tecidos e estampas impressas a partir de “Diários de Bordo” de pessoas que fizeram parte dos 20 anos de história da realizadora do evento: a Associação Imagem Comunitária.

Os dois vídeos ribeirinhos que serão exibidos na Mostra do Festival, foram gravados em celular e editados nas comunidades em 2011, através de oficinas conduzidas por Bob Barbosa e Gabriel Abreu, e coordenadas por Paulo Lima e Fabio Pena, do Projeto Saúde e Alegria, com apoio da Vivo / Fundação Telefônica.

Abaixo você confere as produções, com roteiro, elenco e equipe formada por moradores das comunidades onde foram gravadas:

Temendo enchentes, ribeirinhos de Cacoal começam a suspender móveis

SÍTIO G1/RO, 28.11.2013

Para não perder alimentos, morador construiu dispensa sob palafitas. Secretário diz que limpeza de rios deve diminuir riscos de enchentes.

Por Magda Oliveira



Com medo de serem pegos desprevenidos com as temidas enchentes que ocorrem no período chuvoso, alguns moradores ribeirinhos de Cacoal (RO) já se adiantaram e começaram a se preparar para não correrem riscos. Móveis suspensos e até mesmo construções sob palafitas são as saídas encontradas por pessoas que se dizem cansadas de perderem seus bens durante as enchentes. De acordo com o secretário de Meio Ambiente Jorge Murer, está sendo realizada uma limpeza nos rios Pirarara, Tamarupá e Salgadinho para diminuir a possibilidade de enchentes no município.

A aposentada Maria Ribeiro da Silva, de 75 anos, que morando no Bairro Conjunto Halley há 20 anos, diz que há quatro começou a sofrer com as águas que invadem sua residência durante as fortes chuvas. Segundo Maria, até mesmo cobra já encontrou dentro de casa. "Eu não passava por isso, comecei a sofrer depois que um vizinho comprou um terreno acima do meu e aterrou. Quando chove durante um longo período, as águas do Rio Tamarupá não tem como desaguar e acaba vindo para dentro da minha casa", conta a aposentada, mostrando os móveis que já estão suspensos em cima de tijolos, há mais de três meses.

A aposentada afirma que não irá baixar os móveis enquanto as chuvas não diminuírem, pois esse ano (2013) já houve fortes chuvas, aonde a água chegou a invadir seu quintal. "Para passar do quintal e entrar em casa é muito rápido, já estou preocupada, quando chove nem durmo a noite. Eu acho que em dezembro já terá enchente", suspeita Maria.

Cansado de perder seus bens durante as enchentes, o autônomo José Romão dos Santos, de 47 anos, morador do Bairro Liberdade há 20 anos, colocou seus móveis, eletrodomésticos e roupas em cima de caixas de refrigerantes. Além do cuidado anual com os móveis, em 2013 o aposentado foi mais criterioso e construiu uma dispensa sob palafitas para armazenar os alimentos.

"Eu já perdi muitos bens ao longo desses 20 anos, com isso fui ficando mais esperto. Minha

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

geladeira, fogão, freezer, guarda-roupas, colchões, tudo fica erguido, e agora construí uma dispensa no fundo de casa bem alta, para garantir a comida”, contou.

De acordo com José, sua maior preocupação é com os meses de fevereiro e março, período que as chuvas aumentam, mas não quis esperar e sozinho resolveu proteger seus pertences da água da chuva. “Quando o rio sobe e invade a casa, ninguém vem perguntar se preciso de ajuda e no desespero não conseguia salvar nada. Agora com calma vou erguendo minhas coisas e quando a enchente vem, não consegue levar mais nada”, disse Romão.

Ao G1 , Jorge Murer disse que a secretaria de Meio Ambiente está realizando limpezas nos Rios Tamarupá, Pirarara e Córrego Salgadinho, o que deve diminuir em até 80% a possibilidade de haver enchentes no município. O segundo o secretário, os meses mais preocupantes são janeiro, fevereiro e início de março.



Índio Guarani é Assassinado no Oeste do Paraná
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2013

por Thiago Ossucci Santello

Bernardino Dávila, Presente! Somos Todos Guarani!

Mesmo que a história oficial omita que o processo de colonização do oeste do Paraná deu-se a partir do derramamento de sangue indígena, este fato concreto ocorreu desde o momento das reduções jesuíticas, e se intensificou nas fases posteriores.

Para além da história que não nos é contada, somente nos últimos dez anos ocorreram 560 assassinatos e 206 casos de suicídio de indígenas no Brasil (dados do Conselho Indigenista Missionário- CIMI). Apesar dos índices serem alarmantes, estes dados refletem apenas parte da triste realidade vivenciada cotidianamente pelos povos indígenas na sua luta pelas condições de sobrevivência.

Atualmente, a maior reivindicação nacional dos povos indígenas é a demarcação das terras tradicionais, sendo que para eles o território assume uma conotação cosmológica, que garante tanto a reprodução material, bem como a simbólica. Ou seja, não existe cultura e vida indígena sem a garantia da territorialidade.

Porém, isso tem sido dificultado principalmente pelo projeto agroexportador, que incentiva a produção desenfreada em busca de lucro, tratando a terra como um mero negócio, sem se preocupar com a natureza e com os povos que dependem dela para coexistir.

Para piorar, o Governo Federal, representado pela Ministra Gleisi Hoffmann (PT), suspendeu o processo de demarcação de terras e desenvolve uma política de enfraquecimento da FUNAI, além de buscar fortalecer as posições de órgãos claramente comprometidos com o agronegócio e os ruralistas.

Dado esse impasse, na região oeste do Paraná tem sido realizada uma campanha de disseminação de ódio e mobilização contrária aos povos indígenas, incentivada pelos defensores das oligarquias locais e as organizações ruralistas. Inclusive boa parte dos deputados da região já se colocaram contrários à demarcação de terras.

Como resultado desses conflitos e a perda de territórios, a taxa de suicídio entre os guaranis é 34 vezes maior que a média nacional. E na região oeste do Paraná isso é acompanhado pelos casos de suicídio ocorridos em Guaíra. O que mais assusta é que, durante uma campanha de conscientização sobre as causas indígenas que realizamos neste ano, deparamo-nos até com crianças nas escolas falando que "índio bom é índio morto".

E, na semana passada, o guarani Bernardino Dávila foi assassinado. Na volta de um jogo de
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

futebol que ocorria em outra aldeia, um carro prata com três pessoas dentro passou disparando várias vezes, atingindo Bernardino com três tiros, além de uma das crianças que o acompanhava ter sido atingida de raspão na cabeça, no braço e na perna. Esse fato ocorreu no centro da cidade. Em visita às aldeias Tekohá Y'Hovy e Tekohá Mirim, as lideranças nos informaram que várias ameaças já ocorreram desde o início do ano como forma de intimidar os indígenas.

No entanto, a mídia local fez pouco caso da situação e a trata como se fosse resultado de uma briga de bar. Para nós, esse não é um caso isolado e merece uma profunda investigação. Não podemos descartar a possibilidade de ter ocorrido em função do conflito anunciado na região.

Diante desta atrocidade cometida contra a vida Guarani, vimos manifestar nosso repúdio e prestar nossa solidariedade. Os povos Guarani, que sempre estiveram presentes na região do Guairá (margens do Rio Paraná), resistindo às atrocidades cometidas pelo "homem civilizado", mantém firmes a sua luta. E nós pretendemos fortalecer esse movimento.

Solicitamos publicamente uma rápida investigação para encontrar os assassinos e os possíveis mandantes do crime e a subsequente punição.

Para resolução do conflito, é necessária a retomada dos estudos para a demarcação. É preciso defender a vida acima do lucro!

GLEISI HOFFMANN, NÃO SE PERMITA SUJAR AS MÃOS COM O SANGUE DOS INOCENTES QUE BUSCAM VIVER EM HARMONIA COM A NATUREZA!

SOMOS TODOS GUARANI!

BERNARDINO DÁVILA, PRESENTE!

BASTA ÀS MORTES DE INDÍGENAS:

PELA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS TRADICIONAIS!

Organizações que se solidarizam:

APP Sindicato – Núcleo Sindical de Foz do Iguaçu
Assembléia Nacional de Estudantes – Livre ANEL
Associação dos Estudantes de São Pedro do Iguaçu – AESPI
Central Sindical e Popular CSP – Conlutas
Centro Acadêmico de Ciências Sociais – Toledo
Centro Acadêmico de Geografia – Marechal Cândido Rondon
Centro Acadêmico de História – Marechal Cândido Rondon
Centro Acadêmico de Serviço Social – Toledo
Centro de Direitos Humanos CDH – Foz do Iguaçu
Coletivo Movimento-se UEM – Maringá
Diretório Central dos Estudantes da Unioeste – Foz do Iguaçu

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Diretório Central dos Estudantes da Unioeste – Marechal Candido Rondon
Diretório Central dos Estudantes da Unioeste – Toledo
Geografia das Lutas no Campo e na Cidade GEOLUTAS – Marechal Candido Rondon
Grupo Tortura Nunca Mais – Foz do Iguaçu
Intersindical
Levante Popular da Juventude
Movimento Fronteira Zero – Foz do Iguaçu
Movimento Juventude Consciente – Toledo
Movimento Mulheres em Luta – MML
Movimento Universidade Popular – Foz do Iguaçu
Partido Comunista Brasileiro – PCB
Partido Socialismo e Liberdade – PSOL
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU
União da Juventude Comunista – UJC



Nenhum território quilombola está regularizado em Mato Grosso

SÍTIO VG NEWS, 28.11.2013

Até hoje, passados 25 anos da promulgação da Constituição da República de 1988 que estabeleceu o direito dos remanescentes de quilombos à propriedade definitiva de suas terras, nenhuma comunidade quilombola de Mato Grosso teve as suas terras regularizadas.

Nesta terça-feira (19/11), o Ministério Público Federal propôs uma ação civil pública para que seja determinado prazo de 24 meses para que o Incra conclua os trabalhos necessários para a regularização desses territórios quilombolas em Mato Grosso.

Atualmente, 68 processos estão em trâmite na Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso para a regularização do território de comunidades que já foram certificadas pela Fundação Palmares como remanescentes de escravos.

Dos 68 processos pendentes no Incra de Mato Grosso, 50 deles não têm nem previsão, de acordo com o próprio órgão, para o início dos trabalhos de identificação e delimitação do território. Em outros 6 processos, o Incra informou a previsão do início dos trabalhos, mas ainda não comprovou. Para outras oito comunidades estão sendo realizadas, a passos lentos, as fases de identificação e delimitação, iniciadas entre 2005 e 2007. Apenas três comunidades quilombolas já tiveram a etapa de identificação e delimitação concluídas.

Demora na regularização

Segundo o procurador da República Manoel Antônio Gonçalves da Silva, o levantamento feito pelo Ministério Público Federal mostra que em 25 anos, apenas 139 títulos foram expedidos, dos quais somente 31 pelo Incra, enquanto existem 1.286 processos abertos. Ou seja, o Incra concluiu apenas 2,41% da regularização quilombola a ser feita. "Em Mato Grosso a realidade é preocupante: nenhuma comunidade quilombola tem o território regularizado", afirma o procurador da República.

Por conta da demora na regularização fundiária, o MPF pede na ação que a União e a Funai sejam condenadas ao pagamento de danos morais coletivos, em valor não inferior a um milhão de reais para cada uma das terras quilombolas de Mato Grosso pendente de regularização por mora injustificada. O montante da indenização será revertido em investimentos diretos em políticas públicas destinadas às terras quilombolas.

Consequências da demora

O levantamento feito pelo Ministério Público Federal identificou, também, que não há previsão de recursos suficientes para a regularização quilombola no país. Ano a ano a previsão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

orçamentária vem diminuindo: os recursos previstos para serem gastos com o pagamento de indenização de benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas.

De acordo com os dados de 2012 e 2013, os recursos previstos de um ano para o outro foram 45,26% menores. O levantamento demonstra, também, que o recurso previsto não é completamente utilizado. Os dados são do programa federal de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, que inclui ações de Indenização das Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis em Áreas para as Comunidades Quilombolas e de Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas.

O entendimento do MPF é de que se não estão sendo gastos nem mesmo os recursos já previstos, há que se atribuir à omissão do Incra e União a causa para a paralisação da regularização quilombola.

Ação do MPF

A ação foi proposta pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal de Mato Grosso.



“Campos - Índios, Cana de Açúcar e Petróleo” no Museu Histórico

SÍTIO PREFEITURA DE CAMPOS, 28.11.2013

A exposição do artista plástico João de Oliveira, que retrata através de telas, Campos em três fases - índios, cana de açúcar e petróleo, permanece no Museu Histórico de Campos até o dia 15 de dezembro. A exposição foi aberta na noite desta terça-feira (26).

A mostra estava participando do projeto “Olhares no Foyer”, no Teatro Municipal Trianon. A iniciativa da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima visa oportunizar que os trabalhos dos artistas locais e de renomes nacionais sejam disponibilizados para a população de forma gratuita e acessível, dentro da política de democratização da cultura.

Nascido no distrito de Tocos, João de Oliveira realiza um trabalho de destaque, reconhecido em todo o Brasil e no exterior. Com 30 anos de carreira, João celebra o sucesso de sua recente temporada de exposições em Spoleto, na Itália; no Carrousel du Louvre - Museu do Louvre, em Paris; e na Galeria Wesel, na Alemanha.

A professora Jane Rangel, acompanhada dos alunos do Curso de Artes Visuais do Centro Universitário Fluminense homenagearam o artista com o texto poético de Balbina Magalhães e canções entoadas pelos membros da Orquestra Sinfônica Municipal, Pedro Henrique Leal, Giulia Leal Ferreira e Dercson Gomes.

O arquiteto Victor Aquino Viana Fernandes disse estar feliz e realizado com o sucesso do amigo de infância, considerado um dos melhores artistas de Campos. "João está sendo valorizado como já deveria ter sido há muito tempo, pela grandiosidade de seu trabalho, que valoriza e respeita as suas raízes", ressaltou.



Índios ocupam terra em São Paulo para retomar modo de vida tradicional

SÍTIO CARTA CAPITAL, 28.11.2013

No extremo sul da cidade, guaranis tomaram espaço para pressionar delimitação de novas terras indígenas

Há pouco mais de um mês, índios guaranis ocuparam o terreno de uma antiga aldeia no sul da cidade de São Paulo. A terra, chamada por eles de Tekoa Eucalipto, foi uma aldeia nas décadas de 1970 e 1980. Abandonada há dez anos, está hoje tomada por eucaliptos e mata nativa. Os indígenas pedem a demarcação de uma terra indígena maior na região, distante quarenta quilômetros do centro da cidade, no bairro de Parelheiros.

Eles alegam que a aldeia onde vivem não permite a manutenção do seu modo de vida tradicional. Lá, não conseguem, por exemplo, plantar, caçar ou ficar em contato com a natureza. "Temos os problemas da saúde física: por não ter o alimento tradicional, você fica naturalmente doente. E aí você também tem a doença espiritual, que é a vivência que você perde. E fica doente para os dois lados," diz Jerá, guarani de 31 anos. "Alguns adultos ficam com muito tempo ocioso e não tem o que fazer, então começam a se envolver com bebida alcoólica. Isso traz uma situação muito grave, as pessoas ficam doentes da cabeça, e a família desestruturada por completo."

Jerá vive na terra indígena Guarani da Barragem (conhecida como Tendondé Porã), um das duas demarcadas em 1987 na região. A área foi estabelecida, segundo a ideia vigente até então, de que era necessário delimitar somente a terra ocupada pelos índios, e não todo o terreno necessária para sua sobrevivência.

Ele conta que os problemas da área tem piorado nos últimos vinte e cinco anos. "A aldeia tinha poucas famílias quando começou, então tinha espaço para todo mundo plantar. Também dava para caçar e era tudo muito mais equilibrado," diz Jerá. A terra ficou mais saturada com a migração de índios expulsos de outras terras, vindos principalmente do Paraná, e o crescimento das famílias. Hoje, mais de mil índios moram no local.

Na aldeia, conta Jerá, não há mais espaço para plantar, e algumas famílias chegam a passar fome. "Hoje em dia todo mundo vai pescar e caçar nos mercados da cidade porque não tem na própria aldeia. Mas para pegar alimentação do mercado, precisa de dinheiro," lamenta ela. Sem conseguir tirar sua subsistência da natureza, a maior parte dos índios vive com o programa renda mínima, sistema de distribuição mantido pela prefeitura. Uma minoria recebe salários dentro da aldeia, em trabalhos nas escolas e no posto de saúde, e através da confecção de artesanato.

"Aqui já é nosso, independente de assinar papel ou não"

CONT.



Os índios tomaram a terra que estava abandonada há mais de dez anos para minimizar os problemas causados descritos por Jerá. "Para a demarcação sair, falta uma assinatura que o pessoal não faz lá nos poderes públicos. Mas aqui já é nosso, independente de assinar papel ou não, a gente está aqui. E nós vamos ficar aqui," diz Claudio Pires, de 30 anos.

A terra nova, conta Pires, permitiria a plantação de variedades próprias de milho, mandioca, batata doce e amendoim. Eles também estão usando os eucaliptos do local para a construção de casas, que começam a sair do chão. Ao mesmo tempo, dizem que buscam preservar a mata nativa da área de 56 hectares.

Os relatos dos índios mostram que a terra, até então abandonada, era usada para atividades ilegais, como o desmonte de carros e uso de drogas. Por duas vezes, eles foram hostilizados por pessoas não identificadas que apareceram com armas no local. "A gente não sabe quem foi. Não falaram nada, eles só chegaram quebrando as coisas e jogando as ferramentas no rio," diz Pires.

A reportagem tentou contato com os proprietários da terra, mas não obteve retorno. Os índios contam que tem mantido um diálogo bom com eles, que não tem tido objeções à ocupação.

Processo de demarcação começou em 2002

O terreno ocupado faz parte de uma terra indígena maior, cujo processo começou em 2002. A Funai (Fundação Nacional do Índio) determinou a demarcação da terra em 2012, três anos depois dos estudos no local acabarem. A área tem mais de 15 mil hectares, cerca de quinhentas vezes maior que o atual limite demarcado, passando também pelos municípios de São Bernardo do Campo, São Vicente e Mongaguá. O novo processo de demarcação leva em conta as mudanças da Constituição de 1988. O artigo 231 dela não prevê somente a limitação das áreas efetivamente ocupadas por eles, mas também das "imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

O processo retornou à Funai, devido a alegação do Ministério da Justiça que haviam "problemas técnicos" no processo, e ainda aguarda procedimento do órgão. O Ministério da Justiça não especificou os problemas, e também não disse se tem uma posição ou previsão sobre a demarcação da terra. A Funai também não especificou quando o processo deve ser enviado de volta ao Ministério.

A demarcação da terra, dizem os índios, ajudaria não somente os guaranis da região, mas outros que vivem situação semelhante. Na zona norte da cidade, na menor aldeia indígena do país, guaranis sofrem ainda mais com a falta de espaço.

Desde que tomaram uma ação direta para demandar seus direitos, os índios contam que a sua auto-estima melhorou. "Em um mês, desde a retomada dessa terra, muitas coisas boas já aconteceram. Temos o envolvimento e a felicidade de muitas pessoas da aldeia em relação a ter uma terra nova," diz Jerá. "Ninguém fica sentado e vendo o tempo passar, todo mundo lá está sempre animado em fazer as coisas acontecerem."

Índio denuncia PM por preconceito SÍTIO O DIA, 28.11.2013

Após briga no Maracanã, indígena dá queixa contra policial que o mandou para a Amazônia. Caso será levado à ONU



Para Ash, líder da Aldeia Maracanã, agente desrespeitou sua cultura

Foto: Alexandre Brum / Agência O Dia

Rio - Um incidente envolvendo um índio da Aldeia Maracanã virou caso de polícia no domingo. O representante da tribo Ashaninka, Ash Ashaninka da Silva, 30 anos, registrou queixa na 18ª DP (Praça da Bandeira) contra um policial militar do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (Gepe) por crime previsto na lei 7.716/89, que fala sobre preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ash contou que foi ofendido pelo militar durante o jogo entre Vasco e Cruzeiro, realizado no sábado, no Maracanã. O índio contou que caminhava com grupo de amigos perto da Aldeia, quando policiais começaram a efetuar disparos com balas de borracha contra torcedores que faziam tumulto no estádio. Ainda segundo Ash, um dos tiros atingiu um cone ao lado de onde ele e seus amigos estavam.

"Pedimos para que eles parassem porque tinha crianças e idosos na Aldeia, participando de curso. Poderia ter gente ferida", alegou o indígena,

ressaltando que, neste momento, um dos PMs — identificado por ele como cabo Guedes — se exaltou.

"O policial começou a nos ofender e disse que lugar de índio não era aqui e sim na Amazônia. E que quem mandava ali era ele. Quer dizer que não podemos ficar no Rio? É um preconceito e vamos lutar por nossa cultura e nossos direitos", criticou Ash.

Amigos do índio que prestaram depoimento como testemunhas na delegacia disseram que pretendem divulgar o caso à Organização das Nações Unidas (ONU). O delegado Fábio Barucke disse que vai solicitar imagens do local para tentar identificar o policial e encaminhar ofício à PM, pedindo que o agente preste esclarecimentos.

A assessoria da Polícia Militar informou que, até esta quarta-feira, o comandante do Gepe não havia recebido a denúncia formalmente e que só vai se pronunciar sobre o caso quando isso ocorrer



Polícia Federal apura crimes em Doutor Pedrinho

SÍTIO JORNAL DE SANTA CATARINA, 28.11.2013

Agentes querem identificar suspeitos de furto, incêndio e extorsão a moradores

DOUTOR PEDRINHO/ITAIÓPOLIS - Uma equipe da Polícia Federal está na região de Bonsucesso. Seis agentes federais chegaram ao local segunda-feira para entregar uma decisão do Ministério Público Federal que exigia a liberação de meia pista da SC-477, bloqueada pelos índios da Comunidade Indígena Duque de Caxias desde 22 de outubro. De acordo com o delegado da Polícia Federal Luciano Raizer, os agentes vão permanecer no local para apurar ocorrências de furto, incêndio e extorsão.

Um dos crimes teria ocorrido contra um aposentado e morador de Timbó dono de uma chácara na localidade de Bonsucesso, em Itaiópolis. Luiz Carlos Orsi teve a casa incendiada na madrugada de sábado passado. Ele afirma que recebeu ameaça dos índios no dia anterior.

- Tive prejuízo de mais de R\$ 200 mil. É vandalismo puro. A casa do meu vizinho de madeira também foi queimada. Não sobrou nada. Desde o dia 8 de novembro foram cinco casas, uma guarita e uma caminhonete incendiadas - lamenta Orsi.

A Polícia Civil de Timbó também investiga o caso. Desde meados de outubro 29 ocorrências foram registradas pelos moradores. O delegado Gilberto Azevedo, responsável pela delegacia de Doutor Pedrinho, afirma que um inquérito foi instaurado dia 29 de outubro.

- Estamos colhendo informações na região sobre os casos. Vamos apurar a autoria de cada um desses eventos.

Funai afirma que faltam provas para culpar indígenas

O delegado teme que as lideranças negativas que comandaram essas ações assumam uma postura ainda mais violenta. Por isso, ele pretende acelerar as investigações para identificar os autores dos crimes que atingem moradores das duas cidades.

- Há pessoas dentro da reserva que estão coagindo os índios e outras lideranças para permitir essas atitudes. A Fatma teve a sede queimada e animais mortos a tiros. E ainda há os registros de residências e veículos queimados - ressalta Azevedo.

A coordenadora substituta da Fundação Nacional do Índio (Funai) Natalina Vergueiro afirma que não há provas do envolvimento dos índios nas ocorrências de furtos, extorsões e incêndios:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

– Enquanto não houver certeza de que foram os índios, não há motivo para acusá-los. Quando ocorreram os incêndios deste último fim de semana, eles não estavam na região de Bonsucesso.

Desde a metade de outubro deste ano, bloqueios de rodovias estaduais e ocupação de terra foram protagonizadas por índios da região em forma de protesto para a liberação das áreas. Mas o histórico de impasses entre índios e colonos é mais antigo. Começou em 1994, quando a Funai apontou que a área para os indígenas deveria passar de 14 mil hectares para 37 mil hectares. Desde 2007, a discussão da posse de terras está no Supremo Tribunal Federal.

Os produtores locais contestam o aumento da demarcação das áreas indígenas, mas apenas com a decisão judicial o histórico de confrontos pode acabar.



SC-477 é liberada em meia pista

SÍTIO JORNAL DE SANTA CATARINA, 28.11.2013

O bloqueio da rodovia estadual SC-477, interditada desde 22 de outubro, foi resolvido segunda-feira com a intervenção da Polícia Federal. Os índios da Reserva Duque de Caxias acataram a decisão do Ministério Público Federal de liberar meia pista da SC-477, que liga Doutor Pedrinho a Itaiópolis. A ação civil pública contra a Fundação Nacional do Índio (Funai), União e Indígenas da Reserva Duque de Caxias foi assinada quinta-feira pela juíza federal Rosimar Terezinha Kolm. A decisão reitera que a rodovia não passa pela reserva, só pela área da futura ampliação.

O prefeito de Doutor Pedrinho, Hartwig Persuhn, explica que ainda não há prazo para a desinterdição total da rodovia, mas está aliviado em saber que os moradores já podem trafegar pelo local. A coordenadora local da Funai, Natalina Vergueiro, argumenta que a liberação foi feita dia 4, quando a Polícia Federal esteve na região. De acordo com o delegado Gilberto Azevedo, da delegacia de Doutor Pedrinho, houve casos de extorsão na rodovia:

– Recebemos o boletim de ocorrência de uma senhora de 74 anos que estava trafegando na SC-477 e foi parada no bloqueio pelos índios. Ela foi obrigada a pagar R\$ 25 para ir e depois novamente para voltar. A população está indignada.



CNBB divulga nota sobre Povos Indígenas e Agricultores

SÍTIO PORTAL ECLÉSIA, 28.11.2013

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota oficial sobre Povos Indígenas e Agricultores durante entrevista coletiva de imprensa nesta quarta-feira, 27. No texto, os bispos se unem "à angústia dos povos indígenas e agricultores diante da inércia do governo federal e dos respectivos governos estaduais em solucionar verdadeira e definitivamente os crescentes conflitos fundiários".

De acordo com a CNBB, o momento é crítico e exige urgente e efetiva ação por parte do governo brasileiro em defesa da vida, da justiça e da paz entre indígenas e agricultores no país.

A seguir, a íntegra da nota:

Bem aventurados os mansos porque possuirão a terra (Mt 5, 5)

O Conselho Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, reunido em Brasília, se une à angústia dos povos indígenas e agricultores diante da inércia do governo federal e dos respectivos governos estaduais em solucionar verdadeira e definitivamente os crescentes conflitos fundiários que envolvem estes nossos irmãos.

Entendemos que a solução para esta situação passa necessariamente pelo reconhecimento do direito histórico e constitucional dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais, bem como, pelo reconhecimento dos títulos de terra denominados de boa fé.

Os entes federados, responsáveis pela emissão de títulos de propriedade sobre terras da União, devem assumir a responsabilidade pelo erro político-administrativo que cometeram e indenizar os agricultores que adquiriram de boa fé e pagaram pela terra onde vivem com suas famílias e formaram comunidades. Além disso, o Estado deve indenizar os agricultores pelas benfeitorias construídas sobre as terras e, aquelas famílias que desejarem ser reassentadas, precisam ter esse direito devidamente respeitado, como estabelece o decreto 1775/96, preferencialmente na mesma região.

Não é aceitável a posição assumida pelo governo federal e pelos distintos governos estaduais neste processo. Impedir e protelar a solução desses problemas potencializa a insegurança, as angústias e os riscos de conflitos entre indígenas e agricultores, ambos vítimas de um modelo equivocado de ocupação do território brasileiro.

A Igreja e seus ministros têm compromisso de evangelização e de pastoral com indígenas e agricultores. Neste compromisso, se colocam a serviço da vida plena. (DGAE 106).

O momento é crítico e exige urgente e efetiva ação por parte do governo brasileiro em defesa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

da vida, da justiça e da paz entre indígenas e agricultores no país.

Que Nossa Senhora, a mãe de todos os povos, olhe por seus filhos nesse momento de dor e preocupações.

Cardeal Raymundo Damasceno Assis
Arcebispo de Aparecida (SP)
Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva
Arcebispo de São Luís (MA)
Vice Presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner
Bispo Auxiliar de Brasília (DF)
Secretário Geral da CNBB
Fonte: CNBB

Da redação do Portal Ecclesia.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Conferência discutirá Saúde Indígena no Brasil

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 28.11.2013

O Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizam a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI) na próxima semana (2 a 6/12), no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e pela presidente do CNS, Maria do Socorro abrem o evento, às 19 horas, de segunda-feira (2).

Participarão cerca de 2 mil pessoas entre delegados, convidados, usuários e trabalhadores da Saúde Indígena. O tema central é Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada. Para o evento nacional, foram realizadas 306 conferências locais, 34 conferências distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo território brasileiro.

Para credenciamento, acesse a página www.saude.gov.br/5cnsi. Os profissionais de imprensa podem se inscrever até 12 horas da próxima sexta-feira (29). As credenciais serão entregues no dia 2, no local do evento.

A abertura do evento será acompanhada ao vivo pela TV NBR, pela Web Rádio Saúde no link:<http://webradio.saude.gov.br/radio/> e pela Rádio Nacional da Amazônia.

Após manifestações em rodovia, quilombolas conseguem ter reivindicações atendidas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2013



Texto: Igor Almeida* (texto e fotos) – Blog Outros Olhares

Durante os dias 25 e 26 de novembro, as comunidades quilombolas de Aliança e Santa Joana (situadas entre os municípios de Mirinzal e Cururupu, região da Baixada Maranhense) ocuparam a rodovia MA 006, que dá acesso aos municípios de Cururupu, Serrano e Apicum Açu. As mesmas, em um legítimo direito de manifestação, exigiam que o INCRA desse prosseguimento ao processo de titulação do território quilombola que abrange as duas comunidades, bem como a efetivação da Imissão de Posse em nome do INCRA, ocorrida formalmente no dia 07 de agosto do corrente. Essa efetivação significa a imediata retirada dos grandes invasores (muitos comerciantes da cidade de Cururupu, principalmente) do território.

Durante os dois dias, as comunidades se preocuparam com a alimentação e o bom estar daqueles que estavam impossibilitados de prosseguirem viagem. Segundo o Presidente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cururupu, Ivanilson Reis, essa medida só foi adotada em virtude da falta de diálogo e comunicação pelo INCRA.

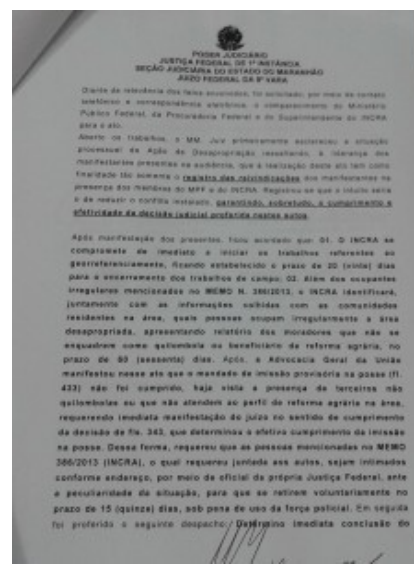
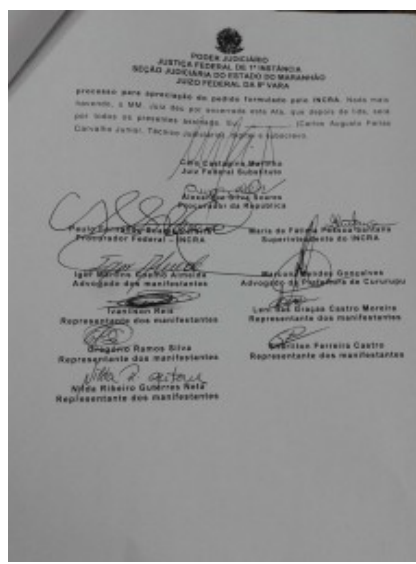
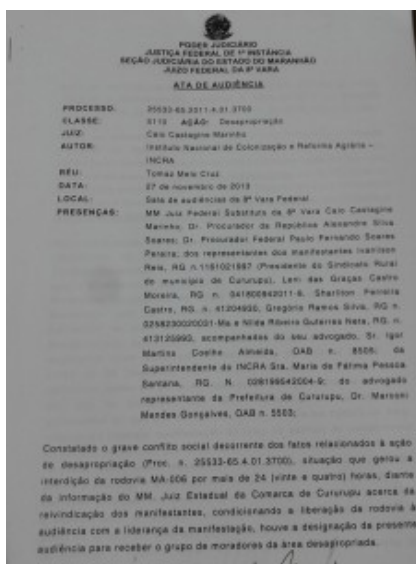
Tendo conhecimento da manifestação, os representantes do INCRA e do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) deslocaram-se até a ocupação para discutirem os pontos de reivindicação das comunidades. Após uma tensa reunião de quase três horas, na tarde da última terça-feira (26), ficou acordado entre as partes que o INCRA iniciaria os trabalhos de georreferenciamento (demarcação dos pontos limites do território) a partir do dia 28 de novembro.

CONT.



Quanto à possibilidade imediata de retirada dos grandes invasores, ficou deliberada a realização de uma audiência com o juiz federal que acompanha o processo de desapropriação, tendo em vista as divergências apresentadas pelos representantes do INCRA quanto à imediata retirada dos ocupantes irregulares. Após tais deliberações, as comunidades consentiram na liberação da MA 006.

Na tarde desta quarta-feira (27) foi realizada a audiência na Justiça Federal, com a participação dos representantes das duas comunidades, da assessoria jurídica do CCN, do Ministério Público Federal, do INCRA, da Procuradoria do Município de Cururupu e da Procuradoria Federal. Após as exposições dos motivos da solicitação da audiência ao juiz da 8ª Vara Federal, ficou deliberado que:



Ata da audiência realizada nesta quarta (27/11)

- 1 – O INCRA finalizará em até 20 dias (a contar do dia 28/11) os trabalhos de campo do georreferenciamento;
- 2 - Foi requerido pela Procuradoria Federal o IMEDIATO cumprimento efetivo da Imissão de Posse em nome do INCRA, inclusive com a expedição de intimação aos 06 (seis) grandes ocupantes irregulares já identificados pelo INCRA. Caso defira esse requerimento, esses ocupantes terão 15 (quinze) dias para desocuparem espontaneamente a área. Se isso não ocorrer, será concedida força policial.

Importa ressaltar que as comunidades apontam a existência de, pelo menos, mas 09 (nove) grande ocupantes irregulares dentro da área. Quanto a estes, foi acordado um prazo de 60 (sessenta) dias para que o INCRA realizasse minucioso relatório sobre a sua identificação, para posterior retirada pela Justiça Federal.

Em audiência, o MPF informou a abertura de procedimento administrativo para acompanhar o cumprimento dos compromissos realizados pelo INCRA, até a titulação final do território para

CONT.



as comunidades.

Quanto aos pequenos ocupantes do território (não-quilombolas), as comunidades reconhecem a posse de alguns deles, identificando-os como público alvo da reforma agrária. Sapiestes disso, o STTR de Cururupu já indicou ao INCRA três imóveis rurais para serem desapropriados, para que esses trabalhadores rurais sejam assentados. Até o presente momento, o órgão fundiário não deu respostas concretas sobre o andamento desses processos de desapropriação. Ressalte-se que os quilombolas querem a imediata retirada dos ocupantes irregulares que não são quilombolas e também não se configuram como público alvo da reforma agrária, mas, agora, dos grandes invasores, a grande maioria, comerciantes da sede do município de Cururupu, que cercam grandes áreas para a construção de casas de veraneio e pequenas indústrias.

Os representantes das comunidades quilombolas avaliaram positivamente todo o processo de mobilização, o que acabou resultando em compromissos firmados pelo INCRA, bem como o requerimento por parte da Procuradoria Federal da imediata retirada dos grandes invasores já identificados do território, bem como posterior identificação dos mesmos. As comunidades quilombolas agora aguardam decisão do juiz sobre esse pedido, que deve sair nos próximos dias.

*Advogado do Centro de Cultura Negra do Maranhão



Terra aos quilombolas, um direito constitucional

SÍTIO GAZETA DO POVO, 28.11.2013

Hoje o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) julgará a constitucionalidade do Decreto Federal 4.887/03, instrumento que sustenta a realização do direito constitucional de acesso à terra para quilombolas. O julgamento se dá na ação em que a Cooperativa Agrária Agroindustrial questiona o processo administrativo do Incra para a titulação da terra da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha, localizada no município de Reserva do Iguçu, no Paraná. O resultado do julgamento influenciará diretamente as 144 comunidades quilombolas da Região Sul, pois consolidará a posição do TRF4 no tema.

A comunidade Invernada Paiol de Telha conquistou o acesso à terra e à liberdade ainda na década de 1860, depois de anos sob o jugo da escravidão. A conquista veio por meio do testamento deixado pela escravocrata Balbina Francisca de Siqueira, proprietária da fazenda Capão Raso, que deixou 7.260 hectares de terras para 11 escravos. Os quilombolas lá vivem desde então, mas as políticas de Estado que favoreceram a colonização europeia, em detrimento dos direitos dos negros, viabilizaram um processo violento de expulsão dos quilombolas de suas terras; hoje, ocupam uma parcela ínfima do que lhes é de direito. A retomada das terras quilombolas ganhou fôlego com a Constituição de 1988.

Após séculos de opressão racial, a Constituição Federal, em sua integralidade, inaugurou um processo histórico de retirada das comunidades quilombolas de uma situação de invisibilidade jurídica, econômica, social e política. A política pública de titulação das terras quilombolas, derivada do direito inscrito no art. 68 do ADCT da Constituição, busca reparar as injustiças cometidas contra essas comunidades, assegurando-lhes meios para reaver as terras tradicionais. O Decreto Federal 4.887/03 regula o processo administrativo, de competência do Incra, para a titulação das terras, assegurando a quem detenha título de propriedade dentro da área quilombola a prévia indenização em dinheiro.

As conquistas históricas obtidas pelas comunidades quilombolas podem sofrer graves retrocessos se o TRF4 não confirmar a constitucionalidade do decreto, pois é ele que regula o processo administrativo de titulação e, sem esse instrumento, o direito constitucional dos quilombolas ficará em situação de total desvalor jurídico, pois faltarão meios para efetivação da Constituição.

Por trás do debate jurídico sobre a constitucionalidade do decreto se esconde o real embate. De um lado, aqueles que acreditam que a titulação das terras não representa apenas o reconhecimento de que os quilombolas tiveram importante papel na sociedade, mas que hoje a existência dessas comunidades tem papel importante nos destinos econômicos e na identidade cultural da nação. De outro lado, aqueles que desprezam o papel dessas comunidades na sociedade e acreditam que a produção de commodities agrícolas deve suplantiar o direito constitucional quilombola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 216/ 2013

Brasília, 28 de novembro de 2013.

Está colocada ao Judiciário a missão de assegurar aos quilombolas o direito constitucional, 25 anos após a promulgação da Carta Magna. Mas cabe à sociedade a tarefa de expurgar o racismo implícito e explícito que impede o Estado de garantir, na prática, o acesso à terra para os quilombolas.

Fernando G. V. Prioste é advogado popular da Terra de Direitos.